

Selic ajuda na dívida

A redução da taxa básica de juros (Selic) ao longo do ano vai melhorar o resultado final das contas fiscais neste ano, avalia o consultor Amir Khair, especialista em finanças públicas. O economista projeta um déficit nominal, desempenho depois de incorporada

toda a conta de juros sobre a dívida, de 2,4% do Produto Interno Bruto (PIB). Se for obtido, o resultado será uma melhora expressiva em relação ao déficit do ano passado, que foi de 3,28% do PIB, gerado num ambiente de alta consistente da Selic até setembro.

“A conta de juros é o maior problema para o equilíbrio fiscal brasileiro”, afirma Khair. No ano passado, a Selic média no ano foi de 19,1%. Neste ano, o economista espera algo em torno de 15%, o que vai gerar uma economia ainda não calculada no volume de recursos gastos com o pagamento de juros. A redução da Selic, hoje em 15,25% ao ano, também deve diminuir a dívida líquida do setor público dos 51,7% do PIB do

ano passado para 50%. “Esses são os dois indicadores que realmente importam para o ajuste fiscal de médio e longo prazo.”

Khair, que foi secretário de Finanças da prefeitura de São Paulo na gestão Luiza Erundina (1989-1992), chama a atenção para um fato que vem escapando à maioria dos analistas. Em ano de crescimento econômico mais elevado, como se espera em 2006, as empresas têm uma folga de caixa

maior e tendem a pagar dívidas tributárias, além de normalizar o fluxo de recolhimentos ao Fisco. Na avaliação do economista, isso pode gerar elevação da arrecadação de impostos, mesmo com o alto volume de incentivos fiscais concedidos pelo governo.

“Com certeza, as receitas tributárias não vão crescer de forma expressiva, como foi em 2005. Mas acho que pode haver uma pequena expansão”, prevê. Para

Khair, as despesas públicas estão crescendo, mas não de forma explosiva. De janeiro a abril, os gastos do Tesouro Nacional subiram 10,3% e os da Previdência Social, 11,6%. Ainda assim, o economista acredita que a expansão da massa salarial e as medidas de contenção de despesas, como o recadastramento de aposentados, vão reduzir o déficit da Previdência abaixo dos R\$ 43,2 bilhões estimados pelo governo. (RA)